



## Estadão: Decisão judicial é derrota a “blogueiros progressistas”

[*Editorial do jornal O Estado de S. Paulo publicado na edição deste domingo (22/5) com o título [A Justiça e os 'blogueiros'](#).*]

Na mesma semana em que começou o 5º Encontro Nacional de Blogueiros e Ativistas Digitais, em Belo Horizonte, com a presença da presidente afastada Dilma Rousseff prevista na programação, a juíza Camila Rodrigues Borges de Azevedo, da 16ª Vara Civil de São Paulo, rejeitou uma ação de indenização impetrada por um dos blogueiros mais simpáticos à presidente afastada contra o site **Consultor Jurídico**, especializado em questões legais. Segundo ela, esse blogueiro “progressista” acostumou-se a misturar jornalismo e negócios, induzindo seus leitores a acreditar que publica notícias quando, na realidade, sua principal atividade é desmoralizar pessoas por encomenda de clientes, quase todos vinculados ao PT.

Os dois acontecimentos não são fatos isolados. Financiada por recursos públicos desde a ascensão de Lula à Presidência da República, em janeiro de 2003, essa rede de blogueiros e ativistas digitais converteu-se num dos principais instrumentos do lulopetismo para publicar notícias favoráveis ao governo, atacar a oposição, difamar adversários políticos, agredir moralmente repórteres e colunistas dos grandes jornais e plantar boatos. Sempre invocando as principais palavras de ordem do PT, como a “democratização da comunicação” e a “luta contra o golpismo midiático”, essa rede também promoveu campanhas de desmoralização de empresários que não se submeteram a pressões, chantagens e achaques.

As críticas dos coordenadores desse encontro ao presidente interino, Michel Temer, que determinou a suspensão do patrocínio da Caixa Econômica Federal a esse evento e ainda solicitou aos Ministérios informações sobre seus planos de comunicação para avaliar como estão sendo aplicados os recursos de publicidade do governo, mostram quão desonestas são as atividades desse pessoal. O apoio financeiro da Caixa foi autorizado por Dilma em março e a decisão foi publicada pelo Diário Oficial. Em resposta à suspensão do patrocínio, os coordenadores do encontro apresentaram-se como “jornalistas independentes” e pediram contribuições aos seus leitores. “Nós, blogueiros e ativistas digitais, produzimos uma comunicação livre de amarras mercadológicas, que aposta no jornalismo cidadão, dando voz e vez a grupos sociais que são historicamente criminalizados pela mídia tradicional, que nos cotizamos num processo colaborativo para produzir reportagens investigativas de interesse local, regional e nacional” – afirmaram.

Apesar de alegarem contar com o patrocínio de sindicatos e movimentos sociais, anunciaram que acionarão judicialmente a Caixa Econômica Federal, por “quebra de contrato”. Também alegaram que, após o encontro, exigirão o pagamento do patrocínio autorizado por Dilma, o que revela que não são tão independentes como se apresentam. Por fim, acusaram o governo Temer de ser “reacionário, fascista, criminoso, racista e misógino” e disseram que continuarão as “lutas para garantir que posicionamentos retrógrados não mais assumam espaços de poder no País”.

A justificativa para o encontro, que abre mais uma oportunidade para que o lulopetismo possa voltar a denunciar um “golpe”, foram as propostas de discutir os “desafios da democracia no Brasil”, o futuro da democracia na América Latina e as formas de “democratização da comunicação”. São temas que já foram debatidos na Conferência Nacional de Comunicação patrocinada pelo governo Lula, em 2009, da



qual resultaram propostas de censura da chamada “imprensa burguesa”.

Por trás desses jargões ideológicos, o que se tem na realidade é uma máquina de difamação travestida de jornalismo independente, como a juíza da 16ª Vara Civil de São Paulo deixou claro na sentença em que condenou o blogueiro a serviço do lulopetismo a arcar com as custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

**Date Created**

22/05/2016